

Projetos de habitação social no brasil: potencialidades analíticas.

SOBREIRA, Fabiano

Centro Universitário de Brasília, Brasil

fabiano@contato.arq.br

SCHULZ, Maria

Centro Universitário de Brasília, Brasil

schulzdossantos@gmail.com

RESUMO

Como avaliar a qualidade do projeto de habitação social no Brasil? Este ensaio parte da questão para propor algumas reflexões sobre as potencialidades e perspectivas analíticas em torno do julgamento qualitativo em arquitetura e dos concursos de projeto como instrumentos de crítica e reflexão. O objetivo é testar as potencialidades analíticas de ferramentas aplicadas pela equipe de pesquisadores do *Máster Laboratorio de la vivienda del siglo XXI* (2011), da *Universitat Politècnica de Catalunya* (2011), amplamente divulgadas e debatidas internacionalmente, neste caso adaptadas para o contexto brasileiro, tendo como objeto projetos em situação de concurso. Trata-se de um conjunto de ferramentas que definem a habitação como algo complexo e multidisciplinar, sobre a qual convergem questões urbanas, sociais, tecnológicas e ambientais. Neste artigo, o ensaio analítico se concentra nos dois primeiros conceitos propostos pela ferramenta: Sociedade e Cidade. Como objetos de estudo são analisados projetos premiados e menções em concurso para habitação social e uso misto, destinados à área do Sol Nascente, na região metropolitana de Brasília (Distrito Federal, Brasil). Análises preliminares sugerem que os projetos em situação de concurso se apresentam como instrumentos indispensáveis para a promoção da qualidade na habitação social no Brasil, desde que resultem do equilíbrio entre a capacidade reflexiva e o senso crítico dos que promovem, organizam, julgam e projetam. Por outro lado, quando não se estabelece esse equilíbrio, o resultado pode ser a fragilização do julgamento qualitativo e o desgaste do concurso, enquanto instrumento democrático.

PALAVRAS CHAVE

Habitação Social; Habitação Coletiva; Projeto; Concursos; Ferramentas analíticas.

1. CONCURSOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O (NÃO) PROJETO

De que maneira o projeto de habitação social resultante de concursos no Distrito Federal nas primeiras décadas do século XXI dialogam com as reflexões contemporâneas sobre a habitação coletiva? Como avaliar a qualidade do projeto de habitação social no Brasil? Este ensaio parte destas questões para propor algumas reflexões sobre as potencialidades analíticas em torno do julgamento qualitativo em arquitetura e dos concursos de projeto como instrumentos de crítica e reflexão.

São raras as ocasiões em que a habitação social no Brasil é tratada sob a perspectiva da qualidade do projeto. Ao longo da história, o tema esteve muito mais associado aos grandes planos de investimento ou de recuperação econômica em que prevaleceu a abordagem quantitativa e financeira, em detrimento da habitabilidade. Em “Pioneiros da habitação social no Brasil” (2014), Nabil Bonduki, em sua “narrativa histórica e analítica da produção pública de moradias no Brasil”, apresenta fatos e episódios suficientes para que cheguemos a tal conclusão.

Também são escassas, no contexto brasileiro, as ocasiões em que os projetos de edificações ou equipamentos de uso público são escolhidos segundo o julgamento qualitativo, ou seja, por meio de concursos de projeto. Esses eventos, que fazem parte da prática cotidiana em países que prezam pela cultura democrática e pela importância do Estado como indutor da qualidade da arquitetura pública, no Brasil são episódios ocasionais, raramente efetivos, apesar do esforço centenário de instituições e profissionais. Enquanto no Brasil a média histórica é inferior a dez concursos por ano, na França, por exemplo, são realizados mais de seiscientos. (SOBREIRA, 2019).

Os concursos de habitação social no Brasil se inserem na interseção entre essas duas situações de exceção. Em outras palavras, são quase inexistentes: raros enquanto concursos e escassos na abordagem qualitativa dos projetos. Entre 1989 e 2018 (três décadas) foram realizados apenas 25 concursos de projeto relacionados ao tema da habitação social no Brasil (11% dos 229 concursos realizados no período). Vale destacar aqui outra disparidade: o número de concursos realizados no Brasil em trinta anos corresponde ao número de concursos realizados na Alemanha em apenas um ano.

A presença tímida do tema “habitação” entre os concursos revela ainda que no contexto brasileiro as decisões sobre esses projetos “tendem historicamente a ser centralizadas ou repassadas aos investidores e às construtoras, restando pouco espaço para o debate, para a transparência e para o julgamento qualitativo do projeto” (SOBREIRA, 2019, p.233).

Os poucos concursos de projeto relacionados ao tema da habitação social ainda correm o risco de serem afetados pelas falhas de organização e pela fragilidade do julgamento. Segundo Hector Vigliecca:

...é preciso reconhecer que resultados inovadores precisam de participantes inovadores, júris com mentalidade inovadora e, principalmente, precisamos de um âmbito cultural inovador, isso implica universidades, escolas, empreendedores, políticos e políticas inovadoras. Um âmbito inovador só acontece quando as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de um país se apresentam como incentivadores das transformações, algo que, na situação atual, estamos longe, aliás muito longe de alcançar. (Vigliecca, 2017, s.p.)

Em síntese, conforme resume Paulo Mendes da Rocha: “Julgar é saber ler.” (SOBREIRA et al, 2018, p.39). Daí a questão proposta neste ensaio: quais ferramentas utilizar para promover uma leitura crítica dos projetos de habitação social no Brasil ?

A fim de contribuir para as reflexões sobre o tema, propõe-se revisitar, neste ensaio, a experiência desenvolvida pelo *Máster Laboratorio de la vivienda del siglo XXI*, da Universitat

Polítècnica de Catalunya, sintetizada no livro *Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XX* por Josep Montaner, Zaida Muxí e David Falagán (2011). O objetivo é testar as potencialidades analíticas de tais ferramentas para o contexto brasileiro, tendo como objeto projetos em situação de concurso.

2. FERRAMENTAS PARA HABITAR O PRESENTE

Em *Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XX* (2011), Montaner, Muxí e Falagán apresentam um sistema de análises e métodos de projeto para a habitação contemporânea. Os autores abordam a habitação como uma "encruzilhada da complexidade atual, na qual convergem, por meio da arquitetura, questões urbanas, sociais, tecnológicas e ambientais".

Trata-se de um sistema de avaliação integral, baseado em quatro conceitos considerados essenciais: sociedade, cidade, tecnologia e recursos. Tais abordagens sintetizam as características básicas que devem definir a habitação contemporânea e são complementadas por outras quatro perspectivas, acrescentadas posteriormente à metodologia: gestão, reabilitação, tipologia e percepção.

Apesar de se tratar de um método pensado para projetos realizados na Espanha, os autores defendem que as ferramentas analíticas podem ser aplicadas em outros contextos geográficos, culturais e sociais, com as devidas adaptações. Este é o exercício proposto neste trabalho.

Um dos objetivos da ferramenta, segundo os pesquisadores, é fomentar uma visão crítica sobre a habitação, não apenas entre os arquitetos, mas também entre os usuários, para que estes sejam "conhecedores e críticos exigentes sobre o que o mercado público e privado oferecem". Ainda segundo os autores:

É preciso educar para que a habitação seja entendida como parte da cidade e como lugar para habitar o presente, abrigar nosso passado e projetar o futuro; um lugar onde se possa viver de maneira confortável, em resposta ao desejo de valores simbólicos individuais e comunitários, de privacidade e sociabilidade, e não apenas como um produto de mercado, investimento e consumo. (Montaner, Muxí e Falagán, 2011, p.12)

Não se trata de um "receituário de soluções definitivas", conforme alertam os autores, mas de um instrumento que estimule a postura crítica sobre o projeto de habitação, "que leve em conta a história e a memória coletiva, que considere a diversidade do presente, que enriqueça as estruturas urbanas, que favoreça o direito à moradia e a igualdade de gênero, que potencialize a busca de soluções arquitetônicas cada vez mais sustentáveis." Em síntese, uma ferramenta que promova uma perspectiva qualitativa da habitação social.

Neste artigo, considerando o limite do formato editorial, o ensaio analítico se limita aos dois primeiros conceitos propostos pela ferramenta: Sociedade e Cidade.

O conceito "Sociedade" aborda a adaptabilidade da habitação à diversidade de estruturas familiares e à evolução de cada uma delas; a necessidade de construir um ambiente doméstico com o mínimo de hierarquias e a disponibilidade de espaço para o trabalho no ambiente doméstico.

No que se refere ao conceito "Cidade", são destacados os seguintes tópicos: capacidade do projeto de habitação coletiva de se relacionar com o contexto urbano em que está inserido; combinação do uso residencial com outros usos; soluções arquitetônicas que estimulem a relação entre o espaço de habitação e o espaço público.

A seguir, é apresentada uma síntese das análises realizadas sobre projetos destacados no concurso para edificações de uso misto na área do Sol Nascente, em Brasília, promovido em 2017.

3. ENSAIO ANALÍTICO: O CASO DO SOL NASCENTE

O concurso utilizado para análise teve como objetivo a seleção das melhores propostas para edifícios de uso misto, com unidades habitacionais e comércio, no setor habitacional Sol Nascente, situado no extremo oeste do Distrito Federal (CODHAB, 2016).

O objeto do concurso foi o desenvolvimento de um dos módulos em “L” (que corresponde a 02 conjuntos e uma área intersticial) e o respectivo paisagismo e urbanização. O termo de referência estabelecia que a tipologia era livre, desde que limitada a quatro pavimentos, sem elevadores, e que a solução deveria ser replicada para os demais módulos. Era obrigatório o uso comercial no térreo e a previsão de unidades de dois e três quartos. Pelo menos 5% das unidades deveriam ser acessíveis.

O termo de referência do concurso estabeleceu que, apesar da liberdade criativa, alguns parâmetros básicos deveriam ser seguidos em relação ao dimensionamento mínimo das unidades e às especificações técnicas do programa de financiamento no qual o projeto estava inserido: Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A vinculação do concurso ao MCMV é um elemento importante a ser ressaltado, quando consideradas as críticas de especialistas ao programa do governo federal (BONDUKI, 2014; ROLNIK, 2015), por sua forte vinculação aos interesses imobiliários e financeiros e à baixa qualidade dos equipamentos resultantes. Surge daí uma reflexão: é possível, por meio do concurso, superar as limitações de qualidade que parecem ser impostas pelo programa? Ou, em outros termos: seria a baixa qualidade da habitação resultante do MCMV um limitador do programa, ou seriam possíveis propostas de qualidade dentro de suas limitações técnicas, financeiras e imobiliárias?

Ainda de acordo com o Caderno, os projetos deveriam considerar os condicionantes climáticos (ventos, umidade e insolação), as características topográficas do terreno e as características do entorno. As soluções deveriam abordar a sustentabilidade de maneira ampla (ambiental, econômica, social e cultural) e conectada com os parâmetros de qualidade, eficiência e funcionalidade.

No caso do concurso para o Sol Nascente, o Termo de Referência já estabelecia premissas que coincidem com os critérios de qualidade sugeridos por Montaner, Muxí e Falagan (2011): uso misto (habitação e comércio); diversidade tipológica e relação com o contexto urbano, por exemplo. Por outro lado, trata-se de proposta que já apresenta aspectos negativos em sua condição inicial, por se tratar de área periférica, localizada a mais de trinta quilômetros da área central da metrópole, com poucas opções de serviços no entorno e escassa infraestrutura urbana. Caberia aos participantes do concurso propor maneiras mais criativas, inovadoras e efetivas de responder às questões apresentadas e diante das limitações apresentadas.

A seguir, são apresentadas, de maneira sintética (considerando as limitações deste formato editorial) algumas considerações sobre como os projetos classificados em primeiro lugar¹ e menção honrosa² responderam às premissas do concurso, a partir dos conceitos relacionados aos temas “Sociedade” e “Cidade”.

¹ Primeiro Lugar. Autores: Luciano Suski, Rodolfo Luís Scuiciato, Simone R. N. Born Hoppe, Aline Proença Train, Suzanna de Geus, Moacir Zancopé Junior, Igor Costa Spanger (Curitiba / PR)

² Menção Honrosa: Hector Vigliecca, Kelly Bozzato, Jéssica D’Elias, Carolina Passos, Luiz Marino Kuller, Neli Yumi Shimizu, Ronald Werner Fiedler, Luciene Quel (São Paulo / SP)



Figura 1: Mosaico de imagens sobre o Concurso para Edifícios de Uso Misto no Sol Nascente – Brasília - DF (2017): (a) situação urbana; (b) imagens do projeto classificado em Primeiro Lugar; (c) imagens do projeto classificado como Menção Honrosa. Fonte: autores, a partir de concursosdeprojeto.org.

3.1. Sociedade

O primeiro tópico do conceito “Sociedade” aborda a adequação do projeto à diversidade de grupos familiares, o que está relacionado à flexibilidade e à diversidade tipológica das unidades habitacionais. Percebe-se que ambos os projetos propõem diversas tipologias de apartamentos, possibilitando que várias composições de grupos familiares habitem o edifício. O classificado em primeiro lugar apresenta três plantas distintas para os apartamentos de dois quartos, incluindo uma acessível para pessoas com deficiência e uma planta de três quartos. Já o projeto classificado como menção honrosa possui quatro tipos de plantas, sendo todas elas acessíveis. Três possuem dois dormitórios e uma possui três.

A respeito da acessibilidade, no primeiro lugar as unidades acessíveis de apartamentos estão alocadas no térreo, uma vez que o conjunto - conforme as bases do concurso - não prevê uso de elevadores. São também previstas, conforme define a legislação, vagas para pessoas com deficiência e percursos acessíveis. Já o projeto da menção é inteiramente acessível para pessoas com deficiência. O pavimento térreo tem seus desniveis vencidos por rampas e os demais têm acesso por elevadores.

Outro tópico abordado no conceito “Sociedade” é a “desierarquização” dos espaços, que pode ser entendida como a capacidade do projeto de integrar os diversos ambientes, com o mínimo de hierarquias, seja nos ambientes domésticos ou nos espaços de uso comunitário. Observa-se nos dois casos que todas as tipologias de habitação possuem instalações sanitárias que permitem o uso pelos diversos integrantes da família, ou por visitantes, de forma equitativa, portanto não exclusivas de um ou outro grupo de usuários. Não há, por exemplo, o conceito de “quarto de serviço” ou “banheiro de serviço”, elementos infelizmente ainda presentes na tipologia habitacional brasileira, como reminiscência da cultura escravocrata e racista. Todos os quartos possuem tamanhos similares. No Primeiro Lugar, as salas de jantar e estar são conjugadas e separadas do ambiente da cozinha, com exceção de uma das tipologias de plantas onde a cozinha, a sala de jantar e a de estar se integram. Na Menção, as salas de jantar, de estar e a cozinha são integradas, com exceção de uma das tipologias de planta, onde a cozinha está separada dos demais ambientes, apesar de ainda visível a partir dos outros espaços comuns da casa. A integração dos “cômodos de serviço” com as áreas coletivas da casa faz com que o trabalho doméstico não remunerado - como cozinhar, por exemplo - seja visto. O que contribui para que esses espaços sejam compreendidos pelos habitantes como de uso coletivo e de trabalho compartilhado, não deixando apenas um integrante do grupo familiar responsável pelas tarefas domésticas, promovendo assim a igualdade de gênero.

Acerca do tópico “espaços de trabalho”, é possível identificar em todas as plantas de ambos os projetos em análise a possibilidade de acesso direto à sala de jantar, que também pode ser utilizada para trabalho, tanto presencial como remoto. Alguns quartos também permitem as adaptações supracitadas. Na menção, em três das unidades o espaço de trabalho já é previsto próximo à entrada, e adaptável para pessoas com deficiência.

Nos dois projetos, todas as tipologias possuem espaços de armazenamento abrangentes, como: despensas, guarda-roupas, armários de serviços e de cozinha.

Sociedade

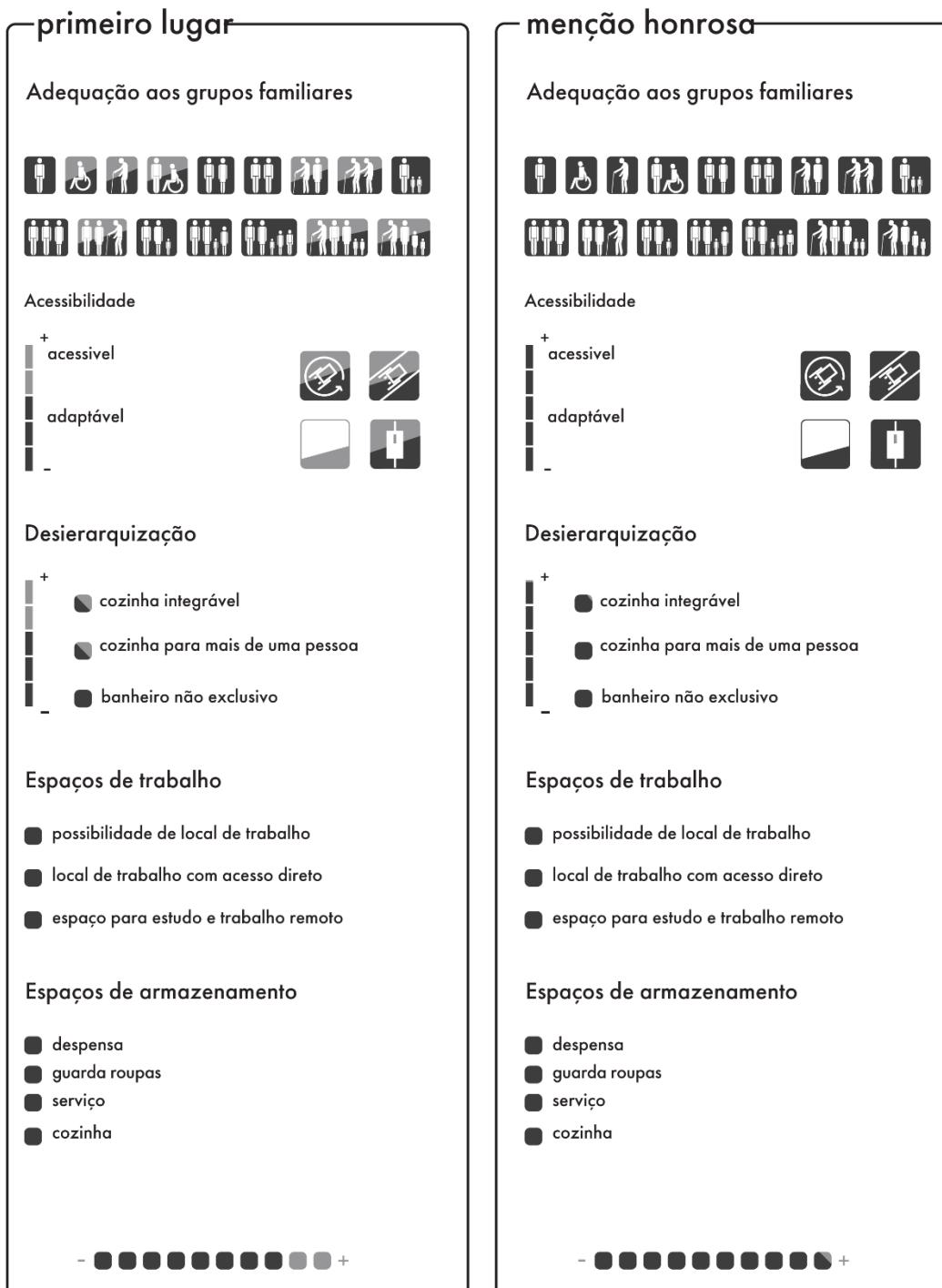


Figura 2: Matriz analítica sobre os projetos classificados em primeiro lugar e uma das menções do Concurso para Edificações de Uso Misto no Sol Nascente (DF, Brasil), sobre o tema “Sociedade”, de acordo com as ferramentas propostas por Montaner, Muxí e Falagan (2011).

3.2. Cidade

No que se refere ao conceito “Cidade”, a primeira questão abordada é a contextualização urbana. No caso em análise, trata-se de projeto para uma região periférica: o Sol Nascente está localizado a mais de trinta quilômetros da região central da metrópole, o Plano Piloto de Brasília. Nas proximidades da área do projeto existem poucos serviços a distâncias caminháveis: pontos de ônibus (100 metros), mercados e mercearias (200 metros), creches e restaurantes (500 metros).

Sobre a “relação com o espaço público”, nota-se o cuidado, no projeto classificado em Primeiro Lugar, em gerar diversos espaços coletivos e visuais de qualidade, respeitando o contexto de implantação e trazendo melhorias urbanas para o local. Em relação ao projeto classificado como Menção, o espaço público é integrado ao projeto com uma linguagem clara de usos e espaços bem definidos. A integração com a malha urbana se dá por meio de espaços públicos diversos, múltiplas opções de acesso e de circulações internas. O desnível natural do terreno é aproveitado para área de estacionamento em subsolo, deixando a maior parte do lote permeável e ocupado com usos para pedestres. A configuração do edifício gera visuais de interesse e perspectivas, tanto para o transeunte quanto para o observador interno à edificação. Em relação à “coexistência de usos”, identifica-se nos dois projetos grande diversidade de espaços: praças, esquinas ativas, pátios internos, vários tipos de comércio, fontes, espelhos d’água, bicicletário, áreas cobertas para jogos e estar, salões condomoniais para festas e reuniões e centro comunitário.

A respeito dos “espaços intermediários”, pode-se notar, nos projetos, que a transição dos espaços privados para o público é composta por sacadas, pátios e espaços de circulação e convivência.

No caso do projeto classificado em Primeiro Lugar, destacam-se os “eixos” e as “praças” como elementos de conexão entre o espaço público e o privado: o “eixo comercial” busca proporcionar fachadas ativas e dinamicidade; o “eixo de lazer” propõe explorar o potencial paisagístico da área, com espaços verdes integrados às praças e calçadas. Os “eixos conectores” são calçadões projetados com o objetivo de conectar as áreas de comércio às áreas de lazer.

No que se refere às questões urbanas observa-se que o projeto classificado como Menção Honrosa aborda com mais profundidade e análise crítica os diversos aspectos envolvidos na relação entre o espaço público e o privado. Ao longo das pranchas, por meio de textos, imagens, colagens e diagramas, são apresentadas as estratégias de projeto entre o edifício e a cidade, entre o individual e o coletivo.

Na primeira prancha os autores ressaltam a importância do “olhar cotidiano”, com destaque para a necessidade de criar a ideia de “vínculo com o lugar” e a “dimensão coletiva do projeto”. Defendem ainda a importância de uma participação ativa da comunidade na apropriação e na gestão dos espaços e propõem configurações espaciais que estimulam tal dinâmica. Como estratégia gráfica, os autores optam por dar voz aos personagens que integram a humanização das perspectivas. Enquanto em outros projetos os personagens apenas ilustram as imagens, neste caso as pessoas comparecem como personagens ativos. Entre as colagens que integram a primeira prancha, vale destacar as falas de alguns desses personagens, e que enfatizam esse olhar coletivo e cotidiano: “Da janela da minha individualidade reconheço minha paisagem coletiva”; “O valor da moradia está do lado de fora”.

Na segunda prancha da proposta classificada como Menção, os autores destacam a diferença entre “ocupar” e “habitar” e apresentam estratégias projetuais que, na palavra dos autores, se configuram em uma “arquitetura cúmplice na realização das atividades humanas”.

Cidade

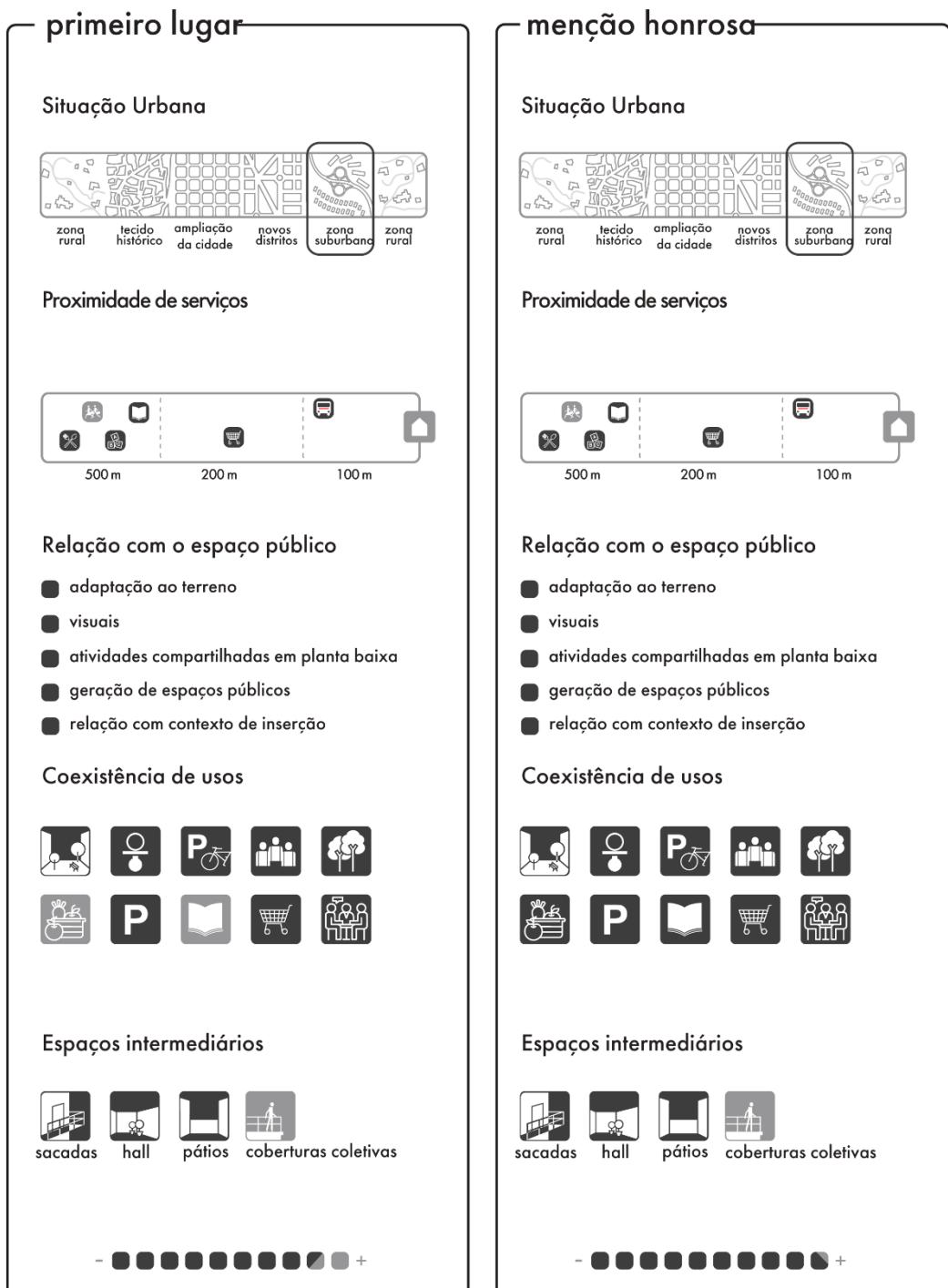


Figura 3: Matriz analítica sobre os projetos classificados em primeiro lugar e uma das menções honrosas do Concurso para Edificações de Uso Misto no Sol Nascente (DF, Brasil), sobre o tema “Cidade”, de acordo com as ferramentas propostas por Montaner, Muxí e Falagan (2011).

4. POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS: CONCURSOS E JULGAMENTO QUALITATIVO

Resultados preliminares da análise, no que se refere aos conceitos Sociedade e Cidade, indicam a expressiva qualidade dos projetos estudados. Em relação à primeira questão proposta neste ensaio, observa-se que os projetos em situação de concurso se aproximam, enquanto arquitetura potencial, das premissas contemporâneas da habitação social, apesar das limitações dos programas habitacionais. Quanto à segunda questão, sobre como avaliar a qualidade do projeto de habitação social no Brasil, constata-se que as ferramentas analíticas utilizadas permitem a avaliação qualitativa e objetiva entre os projetos, a partir de critérios abrangentes, que abordam as múltiplas escalas e olhares sobre o projeto.

Observa-se que parte relevante da avaliação dos projetos decorre de aspectos (tanto positivos quanto negativos) do próprio contexto do concurso. Quanto aos aspectos positivos, destacam-se as premissas de qualidade, acessibilidade e sustentabilidade, entre outros valores relevantes para a produção contemporânea em habitação social. Como aspecto negativo, a localização periférica do conjunto, sem infraestrutura urbana e serviços adequados. Apesar das limitações do contexto, os projetos estudados em vários aspectos responderam às premissas estabelecidas de maneira criativa e inovadora.

No que se refere à questão dos conflitos entre a abordagem qualitativa e o Programa MCMV, o resultado do concurso parece demonstrar que o programa em si não é o limitador, mas o uso limitado e pouco criativo que se faz de seus recursos. Os projetos premiados atendem às diretrizes estabelecidas pelo MCMV e, ainda assim, se apresentam como exemplos de qualidade e criatividade em habitação social. A diferença, neste caso, está no julgamento qualitativo dos projetos, que se sobrepõe aos interesses especulativos e às metas da financeirização da moradia, que em geral guiam a escolha de projetos dessa natureza.

Ressalta-se, portanto, como já revelado em outros estudos (SOBREIRA e ROMERO, 2017; SOBREIRA, 2019), a importância dos concursos de arquitetura como instrumentos de seleção e contratação de projetos em habitação social, não apenas pela transparência e pelo processo democrático, características fundamentais desses eventos, mas em especial pela qualidade resultante, conforme observado nos projetos estudados.

É importante ressaltar que a organização e o julgamento são elementos fundamentais para que se obtenha a criatividade e qualidade desejadas nos projetos. Concursos baseados em termos de referência bem elaborados, com boa fundamentação e que ao mesmo tempo respeitam a liberdade criativa dos autores (evitam regras e restrições excessivas), tendem a gerar projetos de qualidade. Por outro lado, quando as bases excessivamente restritivas, limita-se a criatividade e a inovação.

Outro componente fundamental nas “dinâmicas do jogo” dos concursos (SOBREIRA, 2019), é o júri, a quem cabe, em última instância, julgar a qualidade dos projetos. Quando a comissão julgadora ignora as premissas estabelecidas nas bases do concurso e define suas escolhas sem critérios coerente, coloca-se em risco o julgamento qualitativo e o concurso, enquanto instrumento democrático.

Enfim, entre os escassos concursos e as precárias ofertas do mercado imobiliário (de baixa qualidade e inacessíveis à parcela mais pobre da população, que não se enquadra nas políticas de financeirização), resta à população mais pobre a opção pelas favelas, loteamentos clandestinos e ocupações em edifícios abandonados nas áreas centrais. Estas iniciativas, apesar da fragilidade material e da insegurança jurídica, costumam atender com mais qualidade e sustentabilidade às urgências da população (não apenas do ponto de vista edilício, mas da localização e da inserção urbana) do que as centenas de conjuntos habitacionais implantados

nas periferias das metrópoles ao longo dos "cem anos" de política pública de habitação no Brasil. Nesse sentido, quando se tratar de definir os parâmetros de leitura sobre a qualidade para a habitação social no Brasil, não se deve ignorar as lições de projeto presentes na espontaneidade e na criatividade daqueles que produzem a sua moradia em condições adversas e com recursos escassos.

Em relação às ferramentas analíticas propostas por Montaner, Muxí e Falagán (2011), constata-se a atualidade e a urgência das questões abordadas, dez anos depois de sua publicação. Também é possível concluir que grande parte dos parâmetros de análise são aplicáveis em outros contextos geográficos, sociais e culturais, com a necessidade de poucas adaptações. Nas questões relacionadas ao conceito "Sociedade" observou-se que o projeto contemporâneo de habitação coletiva, inclusive de interesse social, precisa incluir pautas como a diversidade de estruturas familiares; redução de hierarquias e a disponibilidade de espaço para o trabalho no ambiente doméstico. Este último aspecto se tornou ainda mais evidente no contexto da pandemia do COVID-19. Em relação ao conceito "Cidade", a capacidade do projeto de habitação coletiva de se relacionar com o contexto urbano continua como questão essencial, apesar de pouco considerada nos projetos de habitação no Brasil, assim como continua escassa a combinação do uso residencial com outros usos e as soluções arquitetônicas que estimulem a relação entre o espaço de habitação e o espaço público. Enfim, os desafios para a habitação coletiva contemporânea do século XXI, apresentados há uma década, continuam válidos e urgentes e são em grande parte os mesmos, na Catalunha ou em Brasília.

Referências Bibliográficas

- CODHAB-DF (2016) Caderno de Especificações Técnicas. *Concurso Público Nacional de Arquitetura – Edifícios de Uso Misto – Setor Habitacional Sol Nascente*. Brasília.
- CODHAB-DF (2016) Ata de julgamento. *Concurso Público Nacional de Arquitetura – Edifícios de Uso Misto – Setor Habitacional Sol Nascente*, Brasília.
- Concursosdeprojeto.org. (2017) *Premiados - Edifícios de Uso Misto – Setor Habitacional Sol Nascente*. <https://concursosdeprojeto.org/2017/03/01/premiados-edificios-de-uso-misto-no-sol-nascente-trecho-2-codhab-df>
- Costa, F., Gejer, L., Milan, L. e Barros, M. (2017) Perspectivas do Chão: Novos olhares para os concursos de projeto de arquitetura no Brasil. *ArchDaily Brasil*.
<https://www.archdaily.com.br/869916/perspectivas-do-chao-novos-olhares-para-os-concursos-de-projeto-de-arquitetura-no-brasil>
- Falagan, D., Montaner, J., Muxí, Z. (2011) *Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XX*. Máster Laboratorio de la vivienda del siglo XXI. Universitat Politècnica de Catalunya.
https://www.researchgate.net/publication/315788077_Herramientas_para_habitar_el_presente_La_vivienda_del_siglo_XXI
- Montaner, J. (2015) *La arquitectura de la vivienda colectiva. Políticas y proyectos em la ciudad contemporánea*. Barcelona: Editorial Reverté.
- Rolnik, R. (2015) *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Sobreira, F. , Romero, M. (2017) Concursos de Habitação Social em Brasília: reflexões sobre projeto, inclusão e sustentabilidade. In: *4 CIHEL – Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono – A Cidade Habitada*. Porto/Covilhã, Universidade Beira Interior.

Sobreira, F., Flynn, M., Ribeiro, P. (Org.) (2018) *Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias (entrevista)*. Brasília: GSR.

Sobreira, F. (2019) *Dinâmicas do jogo: concursos de arquitetura no Brasil*. Brasília: GSR.

Sobreira, F. (2020) As regras do jogo: sobre a dinâmica dos concursos de arquitetura. *Revista Projetar*, v.5, n. 2 (Maio). <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19693>

Vigliecca, H. (2017) Sobre os concursos de arquitetura no Brasil e outros comentários deprimentes. <https://hectorvigliecca.wordpress.com/2017/06/12/sobre-os-concursos-de-arquitetura-no-brasil-e-outros-comentarios-deprimentes/>